

Os Impactos da Proibição do Uso de Celulares nas escolas de nível médio

Thiago Henrique Monteiro Costa ¹
Kerly Lorrana da Silva Queiroz ²
Pedro Otávio Gomes Pinho ³
Davi da Silva Guimarães ⁴
Camila Janaína Ribeiro Rodrigues ⁵

INTRODUÇÃO

A presença dos dispositivos móveis na sociedade contemporânea modificou a forma como as pessoas se comunicam, consomem informação e constroem conhecimento. No ambiente escolar, os celulares passaram a integrar o cotidiano dos estudantes, gerando debates sobre seus benefícios e prejuízos no processo de ensino-aprendizagem. Para alguns gestores e docentes, o celular representa um elemento de distração, interferindo na atenção e na disciplina em sala de aula. No entanto, para outros, esse dispositivo pode funcionar como uma ferramenta pedagógica, facilitando o acesso à informação, ao conteúdo digital e à colaboração entre alunos (KENSKI, 2021).

Segundo Moran (2020), a escola precisa aprender a conviver com novas tecnologias, orientando o uso responsável, e não proibindo. Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece o uso de recursos tecnológicos como apoio para o desenvolvimento das competências digitais dos estudantes (BRASIL, 2018). Assim, a questão não reside apenas em permitir ou proibir, mas em compreender como esses dispositivos podem contribuir para uma aprendizagem mais significativa e conectada ao contexto real dos jovens.

Partindo dessa discussão, este trabalho busca compreender os impactos da política de proibição parcial do uso de celulares em uma escola de nível médio, avaliando como essa medida afeta o desempenho acadêmico, a concentração, a interação social e o acesso às tecnologias digitais. Como justificativa, entende-se que discutir o uso pedagógico de dispositivos móveis é essencial, uma vez que o celular possui papel marcante na vida dos adolescentes e pode contribuir para a democratização do acesso à informação.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as percepções de alunos e professores sobre os efeitos da restrição do uso de celulares no ambiente escolar. Para isso, investigou-se: (a) como os estudantes compreendem a regra de uso; (b) se a medida influencia o foco e o rendimento; e (c) como o celular pode contribuir em atividades pedagógicas.

¹ Estudante do Médio integrado ao técnico pelo Instituto de Educação, ciência e tecnologia do Maranhão - IEMA, th7isback1981@gmail.com;

² Estudante do Médio integrado ao técnico pelo Instituto de Educação, ciência e tecnologia do Maranhão - IEMA, Kerlylorrana68@gmail.com;

³ Estudante do Médio integrado ao técnico pelo Instituto de Educação, ciência e tecnologia do Maranhão - IEMA, pedropinho202@gmail.com;

⁴ Estudante do Médio integrado ao técnico pelo Instituto de Educação, ciência e tecnologia do Maranhão - IEMA, guimaraesd470@gmail.com;

⁵ Professora EJA em Matemática do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA/Orientadora, mila.janaina@hotmail.com.



METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa é de natureza descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, realizada no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA). Adotou-se um questionário estruturado composto por perguntas objetivas e subjetivas, aplicado presencialmente. Participaram da pesquisa 100 alunos do ensino médio, totalizando 100 respondentes. Os alunos foram selecionados por conveniência, abrangendo turmas do primeiro ao terceiro ano. O professor consultado leciona disciplinas da área de Ciências da Natureza.

Os questionários abordaram três eixos:

1. percepção sobre a proibição parcial do uso de celular;
2. efeitos da medida no processo de aprendizagem;
3. uso do celular como ferramenta pedagógica.

Após a coleta, as respostas foram tabuladas e organizadas em categorias analíticas (aprendizagem, distração, interação social e inclusão digital). As falas descritivas dos participantes foram utilizadas para complementar a análise quantitativa.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre o uso de tecnologias nas escolas não é recente. Moran (2020) argumenta que o celular pode ser uma ferramenta de aprendizagem desde que utilizado com orientação pedagógica, evitando seu uso disperso. Para Kenski (2021), as tecnologias digitais favorecem a autonomia do estudante, tornando o processo educativo mais dinâmico e interativo. Silva (2022) reforça que a inclusão digital é hoje tão importante quanto a alfabetização tradicional, pois permite o acesso a informações e oportunidades.

Além disso, a BNCC destaca que a escola deve desenvolver a competência de cultura digital, possibilitando que os alunos utilizem recursos tecnológicos de forma crítica, ética e criativa (BRASIL, 2018). Dessa forma, a simples proibição pode impedir o desenvolvimento dessa competência. A escola contemporânea está imersa em uma sociedade hiperconectada. Proibir o uso de celulares pode aliviar distrações, mas também pode privar os estudantes de ferramentas relevantes de aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados por meio do questionário aplicado a 100 estudantes revelaram que a proibição do uso de celulares gera impactos distintos no cotidiano



escolar. A análise das respostas permitiu a organização dos resultados em três categorias: autonomia, dependência tecnológica e foco nas atividades acadêmicas, que será apresentado na tabela 1 a seguir.

Aspecto Avaliado	Percentual (%)
Perda de autonomia	55%
Sinais de dependência	45%
Foco nas atividades	35%

Em relação à autonomia dos estudantes, 55% afirmaram sentir perda de autonomia ao terem o celular restringido. Para esses alunos, o dispositivo representa não apenas entretenimento, mas também ferramenta de organização de estudos, pesquisas e comunicação com colegas para atividades escolares, evidenciando que a restrição pode limitar o protagonismo estudantil.

Outro ponto identificado foi que 45% dos alunos perceberam sinais de dependência tecnológica, reconhecendo que, mesmo quando o celular é proibido, muitos sentem necessidade de verificar notificações ou acessar aplicativos. Isso dialoga com a literatura que aponta que o uso frequente do celular ativa mecanismos de recompensa e manutenção de atenção fragmentada (SELWYN, 2016).

Por outro lado, 35% dos estudantes afirmaram que a proibição contribuiu para maior foco nas atividades em sala de aula, indicando que a restrição pode, sim, favorecer a concentração e reduzir distrações durante as explicações e atividades orientadas pelo professor. A partir disso, observa-se que a medida produz um duplo impacto: por um lado, a proibição parcial do uso de celulares contribuiu para o aumento da atenção dos estudantes durante as aulas e favorece a interação social presencial; por outro, limita o uso pedagógico da tecnologia e gera frustração, especialmente entre os alunos que dependem do celular como ferramenta de apoio aos estudos e de acesso a recursos digitais.

Esses achados se alinham ao que Selwyn (2016) discute sobre os conflitos entre tradição escolar e cultura digital. Da mesma forma, Kukulska-Hulme (2021) destaca que o uso orientado de dispositivos móveis pode ampliar as possibilidades de aprendizagem em diferentes contextos.

Assim, os resultados indicam que o problema não é o celular, mas a falta de estratégias para o uso pedagógico. A proibição parcial simplifica o gerenciamento disciplinar, mas não resolve a necessidade de desenvolver competências digitais — previstas em documentos oficiais da educação brasileira. Logo, o desafio das instituições não é controlar aparelhos, e sim educar para o uso consciente e pedagógico da tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Conclui-se que a proibição parcial do uso de celulares apresenta impacto ambíguo: ajuda no controle da disciplina, mas limita possibilidades pedagógicas. Quando orientado, o celular pode fortalecer a autonomia dos estudantes e ampliar o acesso à informação, especialmente para aqueles que não possuem internet em casa.

A pesquisa mostra que os alunos desejam participar ativamente do próprio processo de aprendizagem, e que o celular pode ser um aliado. Recomenda-se que as instituições elaborem protocolos de uso pedagógico, em vez de aplicar apenas medidas restritivas. Sugere-se a realização de novas pesquisas envolvendo mais professores, gestores e comparação entre modelos de escolas com proibição total e parcial.

Palavras-chave: Proibição de celulares, ensino médio, educação, sociabilidade, inclusão digital.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino: novos desafios. São Paulo: Papirus, 2021.

MORAN, José. Metodologias ativas e tecnologias digitais. São Paulo: Atlas, 2020.

SILVA, João Paulo. Cultura digital e práticas pedagógicas na escola. Rio de Janeiro: Vozes, 2022.

